



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

Pregão Presencial N° 000026/2018 - Data: 12 de junho de 2018 as 13:00
Processo N° 004817 e 5569/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO N° 004817 e 5569/2017

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, conforme Leis Complementares nºs 123, de 14 de dezembro de 2006, 128, de 19 de dezembro de 2008.

MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO/ES, pessoa jurídica de direito público, por determinação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, por intermédio do seu Pregoeiro, que abaixo subscreve, designado pela Portaria 00141/2017, com interesse da **SECRETARIA M. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE e SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO**, torna público que no **dia 12 de junho de 2018 às 13:00**, realizará licitação na Modalidade **PREGÃO** realizado na forma **PRESENCIAL**, visando **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (BOMBA D'ÁGUA, GELADEIRA E FOGÃO) PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA M. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA M. DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO**, especificados nos anexos deste Edital, sob o regime de **MENOR PREÇO LOTE** a qual será processada e julgada em conformidade com as Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06, 147/14 e suas alterações, Decreto nº 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e tudo em conformidade com o Processo 004817E5569/2017.

O Município fornecerá aos interessados, através do site oficial da Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES <http://www.pedrocanario.es.gov.br> no link "LICITAÇÕES" o download gratuito do edital do certame.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: PREGÃO PRESENCIAL

DIA: 12 de junho de 2018

HORÁRIO DE ABERTURA DO CERTAME: 13:00 min (horário de Brasília/DF)

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: 13:00 min

HORÁRIO PARA PROTOCOLO DOS ENVELOPES: Até 30 (trinta) minutos antes do horário designado para abertura do certame

Local de Protocolo: Setor de Protocolo

ENDEREÇO: Rua São Paulo, 220, Bairro Boa Vista, Pedro Canário/ES - CEP 29.970-000.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Pregão tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (BOMBA D'ÁGUA, GELADEIRA E FOGÃO) PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA M. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E SECRETARIA M. DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO**, conforme especificado no Termo de Referência anexo.

2. DA APRESENTAÇÃO, RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

CREDENCIAMENTO - ENVELOPE A (OPCIONAL) / PROPOSTAS DE PREÇOS - ENVELOPE B / DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE C.

2.1 - Deverão ser PROTOCOLADOS, no setor de Protocolo deste município, na data, horário e endereço referidos



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

acima, os envelopes com as seguintes indicações externas:

2.1.1 - NÃO SERÁ RECEBIDO, EM NENHUMA HIPÓTESE, QUAISQUER DOCUMENTO PARA CREDENCIAMENTO, ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO FORA DOS PRAZOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL.

2.1.2 - Não serão aceitos os envelopes de Credenciamento, Proposta de Preço e Documentos de Habilitação enviados por correio ou deixados no setor de licitação.

Envelope A deverá conter os documentos de CREDENCIAMENTO (Item 04), DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE MICROEMPRESA - ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP OU MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL e DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS DEHABILITAÇÃO

Envelope B deverá conter a **PROPOSTA COMERCIAL** que atenda a todos os requisitos do Item 5 deste edital, devendo preferencialmente ser apresentada conforme modelo de Proposta Comercial no Anexo V deste edital. Deverá ainda integrar o envelope B **sob pena de desclassificação - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA COMERCIAL**

Envelope C deverá conter os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos no item 7 deste Edital.

2.2 - Os envelopes deverão conter em sua parte externa, os dizeres:

ENVELOPE A - CREDENCIAMENTO E DOCUMENTOS

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

ENVELOPE B - PROPOSTA COMERCIAL

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

ENVELOPE C - DOCUMENTO DE HABILITAÇÃO

Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES
Pregão Presencial n° XXX/2018
Razão Social Completa da Licitante
CNPJ da Licitante

2.3 - A reunião para abertura dos envelopes contendo a Proposta de Comercial e dos Documentos Habilitatórios, será pública, dirigida pelo Pregoeiro Oficial de Prefeitura Municipal auxiliado pela Comissão de Apoio ao Pregão, e realizada de acordo com a Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com este Edital e seus Anexos.

2.4 - Declarada à abertura da sessão de Pregão pelo Pregoeiro Oficial, dando-se início ABERTURA dos envelopes e após o horário designado para protocolo dos envelopes, não mais serão admitidos novos proponentes.

2.5 - Serão abertos todos os envelopes de PROPOSTAS COMERCIAIS apresentados, sendo feita a sua conferência e rubrica da Equipe de Apoio e posteriormente pelo Pregoeiro, as propostas serão disponibilizadas para conferências e rubricas dos Licitantes Credenciados.

2.5.1 - As Propostas Comerciais serão julgadas conforme disposto posteriormente neste edital e deverá atender aos requisitos deste edital.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - A participação nesta licitação é restrita às MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seu(s) Anexo(s).

3.1.1 - Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3.2 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.2.1 - Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 - Que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspenso, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas;

3.2.3 - Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;

3.2.4 - Estrangeiras que não funcionem no País;

3.2.5 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.2.6 - Que tenha entre seus dirigentes, gerentes, sócios, responsáveis e técnicos, alguém que mantenha vínculo empregatício com o Município.

3.2.7 - A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

3.3 - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

3.3.1 - Para a participação deste certame e atender a Lei Complementar nº 123/06 o licitante deverá apresentar no **ENVELOPE A juntamente** com a declaração de enquadramento no regime das MEs e EPPs, com reconhecimento de firma, pelo representante legal da empresa e pelo Contador responsável pela contabilidade da empresa informando o número de Registro no Conselho Profissional, conforme modelo constante do Anexo IV, **apresentar a certidão emitida pela junta comercial** (Artigo 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30/04/2007) comprovando sua situação de enquadramento, dentro do último exercício financeiro, ou seja, **A PARTIR DE 02 DE MAIO DE 2018**. Conforme o caso a licitante enquadrada no regime poderá ainda encaminhar o comprovante de adesão ao SIMPLES NACIONAL.

3.3.2 - A não comprovação de enquadramento da empresa como ME, EPP ou Cooperativa, na forma estabelecida no item 3.3 deste Edital, significa na DESCLASSIFICAÇÃO do licitante.

3.3.3 - A responsabilidade pelo enquadramento conforme previsto nos itens anteriores é única e exclusiva da licitante que, inclusive, sujeita-se a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

4. ENVELOPE A - DO CREDENCIAMENTO

4.1 - A licitante deverá se fazer presente junto ao Pregoeiro mediante **somente um representante**, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame.

4.2 - O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular (Reconhecido Firma), atribuindo ao credenciado poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, juntamente com cópia o contrato social da empresa.

4.3 - O Representante Legal ou Representante Constituído poderá apresentar no ato da abertura da sessão, junto ao Pregoeiro e equipe de apoio ou protocolizar no **Envelope A** os documentos para o devido Credenciamento. Para tanto, é necessário apresentar os seguintes:

4.3.1 - Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação;



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

4.3.2 - Cópia autenticada do Registro comercial, no caso de empresa individual **ou**; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta comercial, observado as exigências do novo Código Civil e da Lei 11.127, de 28 de junho de 2005, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores **ou**; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício **ou**; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.3.3 - Declaração de Enquadramento no regime das MEs e EPPs (Quando o licitante atender aos requisitos);

4.3.4 - Certidão emitida pela junta comercial (Artigo 8º da Instrução Normativa nº. 103 de 30/04/2007), observando a data do item 3.3.1.

4.3.5 - Documento que o credencie a participar (Procuração Pública ou Instrumento Particular (Reconhecido Firma);

4.3.6 - Cópia Autenticada do documento de Identidade ou equivalente, com foto, **do representante**;

4.4 - Fazendo-se representar por proprietário, sócio ou diretor, este deverá comprovar através da cópia autenticada de um dos itens 4.3.2, além dos documentos de itens 4.3.1 e 4.3.3 e 4.3.3 e 4.3.4 e 4.3.5, a condição alegada de representante, e conseqüente posse de poderes para prática de todos os atos inerentes ao certame.

4.5 - Tanto na Credencial como na Procuração deverão constar, expressamente, os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

4.6 - A licitante que não se fizer representar por credenciado, participando do certame com o envio dos Envelopes contendo os Documentos Habilitatórios e Proposta Comercial, deverá encaminhar no Envelope A os documentos constantes nos itens 4.3.1 e 4.3.2 e 4.3.3 e 4.3.4 e 4.3.5 deste edital.

4.7 - A Apresentação dos documentos descritos no item 4.3. no momento do credenciamento dispensa a reapresentação do documento no envelope de documentação habilitatória.

5. ENVELOPE B - PROPOSTA COMERCIAL - DOS REQUISITOS PARA APRESENTAÇÃO

5.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO LOTE**, portanto, a proposta deverá ser datilografada ou digitada, apresentada em papel timbrado ou impresso da empresa, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar preferencialmente numeradas e rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, obedecendo rigorosamente aos termos do edital e do Termo de Referência, e dela **devem constar**:

5.1.1 - Discriminação completa do Objeto e indicação de preço fixo e irredutível, contendo até duas casas decimais, preferencialmente em algarismo e por extenso, para o **item** cotado, **CONFORME ANEXO I DO EDITAL**, devendo nos preços informados já estar inclusos os impostos, taxas, seguros e garantias, bem como, assim, deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedido.

5.1.2 - INDICAÇÃO DA VALIDADE DA PROPOSTA, cujo prazo não seja inferior a **60 (SESSENTA) DIAS** corridos, a contar da data da apresentação da Proposta Comercial, sendo vedada simples manifestação "**conforme o edital**". sob pena de desclassificação da licitante que não informar a validade de sua proposta.

5.1.3 - Indicação do Nome ou Razão Social da proponente, informando o endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato, bem como as informações do Representante Legal que assinará o Contrato: Nome, qualificação, nº do CPF/MF, Carteira de Identidade, nacionalidade, profissão e cargo na empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), para contato

5.1.4 - Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os custos, despesas, impostos, fretes e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seu Anexo;



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

5.1.5 - Declaração expressa que nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: Instalações, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

5.1.6 - Prazo de Entrega: Em conformidade com o item 10 do edital e Termo de Referência.

5.1.7 - Os licitantes deverão constar em sua proposta comercial a **MARCA e MODELO, sob pena de desclassificação.**

5.1.7.1 - Somente serão aceitos as informações contidas na proposta comercial.

5.1.8 - A empresa deverá apresentar em sua proposta, **DECLARAÇÃO**, informando a **garantia dos equipamentos que deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses**, bem como, toda manutenção, assistência e revisão técnica, **informando no mínimo o nome, endereço completo, CNPJ, email (se tiver).**

5.2 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA DE PREÇOS, conforme modelo contido no Anexo VII deste edital, **sob pena de desclassificação da licitante.**

5.3 - OS LICITANTES DEVERÃO APRESENTAR JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL, PARA ANÁLISE E PARECER TÉCNICO DO ÓRGÃO REQUISITANTE, CÓPIAS VISÍVEIS DOS MANUAIS, CATÁLOGOS E INSTRUÇÕES QUE PERMITAM UMA PERFEITA IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO OFERTADO, DESCRITO EM LÍNGUA PORTUGUESA OU TRADUZIDOS.

5.3.1 Somente serão aceitos os prospectos/catálogos impressos em sites oficiais do produto.

5.3.2 Caso não seja possível analisar os materiais através dos manuais/ catálogos, poderá ser exigido do fornecedor a apresentação de amostra, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação.**

5.3.3 Caso o produto não atenda a especificação do edital, a empresa será desclassificada, sendo neste caso convocados os demais licitantes, respeitando a ordem de classificação;

5.4 - Quaisquer outras informações julgadas necessárias e convenientes pela licitante.

5.5 - Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos na mesma, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo ser os materiais entregues ao Município de Pedro Canário sem ônus adicionais.

5.6 - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente **Edital e seus Anexos**, bem como as que sejam omissas, que apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.7 - A apresentação de proposta implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.8 - Em **NENHUMA HIPÓTESE PODERÁ SER ALTERADA A PROPOSTA APRESENTADA**, tanto no que se refere ao seu mérito, quanto ao preço, condições de pagamento, prazo ou qualquer modificação que importe em alterar os termos originais, **SOB A PENA DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E NO ART. 7º DA LEI 10.520/02.**

5.9 - Não será aceito, propostas parciais (Quantidade inferior) com relação a cada item.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1 - Será **julgada e adjudicada** vencedora a proposta que apresentar o **MENOR PREÇO LOTE**, respeitada a fase de lances.

6.1.1 - Será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo;

6.2 - Serão classificados pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta com menor preço, definido no



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

objeto deste Edital e Anexos e as propostas com preços até 10% superior àquele ou, as propostas das 03 (três) melhores ofertas, conforme disposto nos incisos VIII e IX, do artigo nº 4, da Lei 10.520/02.

6.3 - Aos proponentes classificados conforme subitem 6.2, será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.

6.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem valores iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances.

6.4 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

6.4.1 - A desistência em apresentar lances verbais implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas;

6.5 - Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

6.6 - O Pregoeiro conduzirá as rodadas de lances até a apresentação da proposta mais vantajosa que será declarada arrematante.

6.7 - Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determina a **lei complementar 123/2006**, em seu art. 44.

6.7.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta.

6.8 - Para efeito do disposto no item 6.7, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma, com observação do disposto no subitem 6.8.2:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada arrematante do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.5, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.5, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.8.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.8.2 - O disposto no item 6.6 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.8.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.9 - Após este ato, será encerrada a etapa competitiva (de lances) e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de MENOR PREÇO LOTE.

6.10 - Auxiliado pela Equipe de Apoio o Pregoeiro examinará e emitirá juízo quanto a aceitabilidade observados os requisitos do objeto apresentado, bem como o valor proposto pela primeira classificada, e o atendimento os requisitos do item 5 deste Edital e seus Anexos, decidindo motivadamente a respeito.



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

6.11 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o **objeto deste Edital e Anexos**.

6.12 - Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicada a aquisição, definida no objeto deste Edital e Anexos.

6.12.1 - Ocorrendo a situação a que se refere este item, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.13 - No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, **não sendo caso de aplicação dos itens 6.7 e 6.8**, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, para definição da ordem de oferta de lances.

6.14 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da equipe de apoio, sendo-lhes facultado este direito.

6.15 - Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos **neste Edital e Anexos**, a Proposta será desclassificada.

6.16 - Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa em sessão e na proposta específica, prevalecerá a da proposta.

6.17 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste **Edital e Anexos**.

7. ENVELOPE C - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Após o encerramento da fase de lances verbais, com o julgamento das propostas de preço na forma prescrita neste Edital, proceder-se-á à abertura do envelope C, para análise dos documentos de habilitação da(s) proponente(s) classificada(s).

7.2. Será considerada habilitada a proponente que apresentar os documentos relacionados nos subitens 7.2.1. a 7.2.6, **DESDE QUE ATENDIDOS OS REQUISITOS ESPECIFICADOS NAS OBSERVAÇÕES DOS ITENS 7.3 A 7.14 DESTE EDITAL.**

7.2.1. Habilitação Jurídica

7.2.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

7.2.1.2. Ato constitutivo e alterações subseqüentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou

7.2.1.3. Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou

7.2.1.4. Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.2. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.2.1. Certidão negativa de pedido de falência e de concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante em data não superior a 30 (trinta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

7.2.2.2 Apresentação de capital registrado, no montante mínimo a 10% (dez por cento), considerando o



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

somatório do lote para os quais a empresa arrematou, comprovado através do Contrato Social ou documento equivalente.

7.2.3. Regularidade Fiscal e Trabalhista

7.2.3.1. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

7.2.3.2. Certidão atualizada de inexistência de débito para com o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

7.2.3.3. Certidões de regularidade de situação quanto aos encargos tributários federais (certidões emitidas pela Procuradoria da Fazenda Nacional e pela Secretaria da Receita Federal).

7.2.3.4. Comprovação de Regularidade perante a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede do proponente.

7.2.3.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

7.2.3.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, fornecida no sítio eletrônico do Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.gov.br - Em atendimento a Lei 12.440/2011 e a Resolução Administrativa do Tribunal Superior do Trabalho nº 1470/2011.

7.2.4 - Prova de Regularidade Cadastral

7.2.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

7.2.4.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (SINTEGRA) ou Municipal (ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO), relativo ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

7.2.5 - Qualificação Técnica

7.2.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatíveis com o objeto desta licitação, devidamente assinado pela pessoa responsável, em papel timbrado da empresa emissora.

7.2.6 - Declarações

7.2.6.1. Declaração de Superveniência de fato impeditivo para habilitação;

7.2.6.2. Declaração de Inexistência de menores em seu quadro de pessoal (Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei n.º 9.854/99, regulamentada pelo Decreto n.º 4.358/02);

7.3 - Objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

7.4 - Não serão aceitas certidões positivas de débito, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

7.5 - A documentação exigida nos subitens do item 7 deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.N.P.J.).

7.6 - A aceitação dos documentos obtidos via "internet" ficará condicionada conforme o caso, à confirmação de sua validade também por esse meio, pela Equipe de Apoio ou pelo **Pregoeiro**.

7.7 - **Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.** Para efeito da validade das certidões de regularidade de situação perante a Administração Pública, se outro prazo não constar da lei ou do próprio documento, será considerado o lapso de **03 (três) meses** entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

7.8 - Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião de notas ou por oficiais do Registro Civil das pessoas naturais, competentes ou em publicação de órgão da imprensa na forma da lei, exceto a proposta.

7.8.1 Nenhuma cópia de documento será autenticada ou reconhecida, mesmo com a apresentação dos originais, por nenhum órgão ou funcionário pertencente a Prefeitura Municipal de Pedro Canário. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório e ficarão retidos.

7.9 - Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

7.10 - Os documentos exigidos para habilitação, consoante o estabelecimento no item 7 deste edital, não poderão, em hipótese alguma, ser substituído por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

7.11 - Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

7.12 - A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.13 - Em caso de a empresa apresentar documento com restrição quanto à regularidade fiscal, para que as empresas regularize sua situação, ser-lhe-á assegurado o prazo 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será declarado a partir do momento em que a licitante for declarada arrematante, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração, na forma do § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 e 147/2014.

7.14 - OS DOCUMENTOS DEVEM SER APRESENTADOS, PREFERENCIALMENTE, NA MESMA ORDEM DISPOSTA PELO EDITAL.

8. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

8.1 - Dos atos relacionados a este procedimento licitatório cabem os recursos previstos na Lei nº 10.520/02 e na Lei 8.666/93 e suas alterações, sendo a autoridade superior para o recurso o Prefeito Municipal de Pedro Canário.

8.1.1 - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

8.1.2 - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.1.3 - a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

8.1.4 - decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

8.2 - Os recursos deverão observar os seguintes critérios:

a) serem dirigidos ao Pregoeiro, devidamente fundamentados e, se for o caso, acompanhados de documentação pertinente;

b) serem assinados por representante legal do licitante ou Procurador com poderes específicos, hipótese em que deverá ser anexado o instrumento procuratório (se ausente nos autos);

c) os recursos deverão ser apresentados no Protocolo da PMPC, e fora do prazo legal não serão conhecidos.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

8.3 - impugnação:

- a) Aplicam-se os dispostos nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 41 da Lei 8.666/93, em consonância com o disposto no Art. 12 do Decreto nº. 3555/2000.
- b) As Impugnações ao Edital de Licitação DEVERÃO SER PROTOCOLIZADAS NO PROTOCOLO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL sito a Rua São Paulo, 220, Boa Vista, nesta Cidade, de segunda a sexta feira no horário de 12:00 h às 18:00h.
- c) Não serão aceitos envelopes enviados via correio.

9. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - A classificação das propostas, o julgamento da proposta e da habilitação será submetido à autoridade superior para deliberação quanto à sua homologação e a adjudicação do objeto da licitação caso ocorra recurso.

9.2 - Caso não haja interesse recursal manifestado na sessão o Pregoeiro é quem adjudicará o objeto, sendo que esta adjudicação não produzirá efeitos até a homologação pela autoridade superior.

10. PRAZOS, INSTALAÇÕES, CONDIÇÕES DA ENTREGA DOS MATERIAIS E REAJUSTE:

10.1 - A entrega/instalação do material da Secretaria M. de Agricultura dar-se-á no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos e os materiais da Secretaria M. Cultura, Comunicação dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da autorização de fornecimento e solicitação do setor;

10.2 - O fornecimento será realizado de forma ÚNICA.

10.3 - O objeto da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente será entregue e instalado no local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e os objetos da Secretaria Municipal de Cultura, Comunicação e Turismo serão entregues no Almoxarifado da Prefeitura de Pedro Canário/ES, sem nenhum ônus para a Contratante e após prévio agendamento do Setor Responsável.

10.4 - Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e de acordo com as especificações estabelecidas no Edital/Empenho, observando-se, também os prazos de entrega estabelecidos para que se declarem os aceites.

10.5 - O servidor responsável pelo recebimento dos materiais poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas na entrega dos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos.

10.6 - O objeto da licitação será recebido previamente para verificação de atendimento aos requisitos editalícios e posteriormente o recebimento total com o devido ateste de recebimento da nota fiscal.

10.7 - O índice a ser utilizado para o reajuste, será o INPC/IBGE ou por outro índice oficial que vier substituí-lo, acumulado durante o período, de acordo com o artigo 40, inciso XI.

10.8 - A fiscalização da entrega do objeto desta licitação será de competência e responsabilidade exclusiva do Município através de seu representante legal que será indicado pelo Secretário da pasta, através de portaria interna, a quem caberá verificar se, na sua execução, estão sendo cumpridos os termos do Contrato, o Termo de Referência, suas especificações e demais requisitos, bem como atestar as notas fiscais/faturas, com vistas a posterior autorização dos pagamentos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços objeto deste edital.



11. DA GARANTIA E ASSISTENCIA TECNICA DOS MATERIAIS

11.1 Os materiais terão garantia mínima de **01 (ano) contra defeitos de fabricação**, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11.2 A empresa vencedora deverá oferecer garantia de fábrica com fornecimento neste Estado;

11.3 A licitante vencedora deverá apresentar como forma de comprovação da garantia mencionada Certificado de Garantia do Fabricante, ou documento similar;

11.4 No caso dos produtos apresentarem defeitos e, conseqüentemente serem substituídos, a garantia será contada a partir da nova data de entrega;

11.5 O ônus de correção de defeitos apresentados pelos materiais ou substituição dos mesmos, será suportado exclusivamente pela contratada.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

12.1 - A empresa vencedora obrigará-se a cumprir o Contrato, este edital e as disposições de sua proposta.

12.1.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1.1.1 - Entregar os materiais conforme estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades da Secretaria, fiscalizando-os juntamente com o servidor especialmente designado para essa tarefa;

12.1.1.2 - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem a prévia anuência do CONTRATANTE;

12.1.1.3 - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

12.1.1.4 - Dispor de equipamento, material e pessoal especializado e no quantitativo necessário ao cumprimento do objeto contratado, respeitando as normas de higiene e segurança no trabalho;

12.1.1.5 - Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos pessoal ou material, quando resultantes de ação ou omissão, negligência, imprudência ou imperícia dos seus empregados ou prepostos, bem como reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou de materiais empregados;

12.1.1.6 - Arcar com o pagamento de taxas, impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e fiscais, bem como seguros, desde que resultantes da contratação com o Município;

12.1.1.7 - Credenciar, junto a(s) Secretaria(s) Municipal(is) Solicitante(s), um representante para prestar esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

12.1.1.8 - Emitir, Nota Fiscal/Fatura discriminativa contendo os materiais a serem entregues, devidamente atestada por servidor credenciado, onde o CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes as multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos do edital, desde que não haja nenhum fato impeditivo. Deverá ainda, ser anexado a comprovação da quitação com o INSS e FGTS, de acordo com a legislação em vigor;

12.1.1.9 - Entregar os materiais de acordo com as condições e prazos propostos.

12.1.1.10 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.

12.1.1.11 - Substituir o produto, quando do surgimento de eventuais defeitos verificados, durante o período da garantia oferecida pelo fabricante, atendendo no prazo máximo de 48 horas as solicitações nesse sentido;

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

13.1 Se o licitante desistir de sua proposta ou não a mantiver após a abertura dos envelopes de proposta de preço, falharem ou fraudarem na execução do contrato/ordem de fornecimento, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa no certame, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Municipal.

13.1.1 - Advertência - nos casos de:

- Desistência parcial da proposta, devidamente justificada;
- Cotação errônea parcial ou total da proposta, devidamente justificada;
- Não apresentação de amostra, quando solicitada.

13.1.2 - Multa - nos seguintes casos e percentuais:

- Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento até 30 (trinta) dias: 0,3% (três décimos por cento) ao dia sobre o valor total contratado;
- Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento, superior a 30 (trinta) dias: 15% (quinze por cento) sobre o valor global contratado, com possibilidade de cancelamento da Nota de Empenho ou rescisão contratual;
- Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- Recusa do adjudicatário em receber o contrato/ordem de fornecimento, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da convocação: 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta;
- Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Fornecimento: 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ou sobre a parcela não executada, respectivamente.

13.1.2.1 As multas serão descontadas, de imediato, do pagamento devido ou cobradas judicialmente, se for o caso.

13.1.3 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração:

- Por atraso injustificado na execução do Contrato/Ordem de Fornecimento superior a 31 (trinta e um) dias: até 03 (três) meses;
- Por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro: até 01 (um) ano;
- Por reincidência, no mínimo de 03 (três) vezes, em não apresentação de amostra, quando solicitada: até 01 (um) ano;
- Por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato/Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;
- Por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Compras: até 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que poderá ser concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

13.1.3.1 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida.

13.2 A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública e a Declaração de inidoneidade será declarada em função da natureza e gravidade da falta cometida e serão aplicadas pelo Prefeito Municipal, as demais sanções pelo Gestor/Fiscal do Contrato.

13.3 Da aplicação das penalidades definidas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

13.3.1 O recurso será dirigido a autoridade competente que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

13.4. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, apresentado a autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pedro Canário e será a cargo da Secretaria requisitante, conforme seguinte dotação orçamentária.

Ficha: 0000453

Órgão: 110000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 110100 - SECRETARIA M. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0041 - PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
Projeto/Atividade: 2.069 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Elemento Despesa: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte Recurso: 16040000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO

Ficha: 0000078

Órgão: 060000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO
Unidade Orçamentária: 060100 - SECRETARIA M. DE CULTURA, COMUM. E TURISMO
Função: 04 - ADMINISTRAÇÃO
Subfunção: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0046 - MANUTENÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA, COM. E TURISMO
Projeto/Atividade: 2.009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA
Elemento Despesa: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
Fonte Recurso: 16040000 - ROYALTIES DO PETRÓLEO

15. DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

15.1 A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

15.2 Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os materiais ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

16. DO PAGAMENTO

16.1 O pagamento será feito mediante depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, no banco e respectiva agência mencionadas em sua proposta, até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do bem, cumprindo o fornecedor as etapas estabelecidas no Edital/Empenho, cabendo ao contratado comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para habilitação no certame licitatório.

16.2 A **CONTRATADA** deverá informar no corpo da Nota Fiscal/Fatura o número do Pregão, número do Processo, número do Empenho e número da Autorização de Fornecimento.

16.3 - A PMPC poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

16.4 - O pagamento das faturas somente será feito em carteira ou cobrança simples, sendo expressamente vedada à contratada a cobrança ou desconto de duplicatas por meio da rede bancária ou de terceiros.

16.5 - Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO. Art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

17. DISPENSA DO TERMO DE CONTRATO

17.1 - Conforme se depreende do Art. 62, § 4 da Lei de Licitações - Lei 8666/93, é dispensável o Termo de Contrato quando se tratar de aquisições imediatas e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras.

17.2 - Deste modo, por ser entrega imediata e integral dos bens solicitados neste instrumento, desnecessário se faz a confecção de Termo de Contrato.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Ao apresentar proposta, fica subentendido que o licitante conhece todas as condições estabelecidas no presente edital, e seus anexos.

18.2 - A PMPC reserva-se o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas e em quaisquer tipo de documento, em qualquer fase da licitação.

18.3 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

18.4 - O Pregoeiro solicitará, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, se julgar necessário.

18.5 - Poderão ser convidados a colaborar com o Pregoeiro, assessorando-o, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculada direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes, bem como qualquer outro servidor desta PMPC.

18.6 - Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pela Lei nº 10.520/02 e pela Lei nº 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.

18.7 - O pregoeiro resolverá os casos omissos com base no ordenamento jurídico vigente.

18.8 - Informações complementares inerentes ao edital e este pregão poderão ser obtidas pelos interessados através do E-mail licitação@pedrocanario.es.gov.br <<mailto:licitação@pedrocanario.es.gov.br>>.

18.8.1 - As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.

18.9 - O pregoeiro pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

18.10 - Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.11 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na



**Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO**

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

18.12 - A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à execução dos serviços licitados.

18.13 - A devolução dos envelopes "HABILITAÇÃO" para as empresas não vencedores da licitação, ocorrerá após a solicitação dos bens, mediante recibo assinado pelo representante da empresa, e, Se em até 10 (dez) dias após a publicação do Resumo do Vencedor do Certame e não houver ocorrido a retirada dos envelopes os mesmos serão destruídos.

18.14 - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será na Comarca de Pedro Canário- ES, com exclusão de qualquer outro.

18.15 - Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

- 18.15.1** - Termo de Referência - Especificação do objeto e demais condições;
- 18.15.2** - Anexo I- Relação dos Objetos/Serviços a serem Contratados
- 18.15.3** - Anexo II - Modelo de Termo de Credenciamento.
- 18.15.4** - Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação
- 18.15.5** - Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa
- 18.15.6** - Anexo V - Modelo de Formação de Preços/Proposta
- 18.15.7** - Anexo VI - Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta
- 18.15.8** - Anexo VII - Modelo de Declaração de Superveniência
- 18.15.9** - Anexo VIII - Modelo de Declaração inciso XXXIII, Art. 7º CF

PEDRO CANÁRIO/ES, 25 de maio de 2018.

LUIZ CARLOS DADALTO FILHO
Presidente Comissão de Licitação



TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA: AGRICULTURA

1. OBJETO:

AQUISIÇÃO DE FORMA EMERGENCIAL DE UMA BOMBA D'ÁGUA, CONFORME ESPECIFICADO ABAIXO, PARA NORMALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NO DISTRITO DE TAQUARAS, CONFORME DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT
01	Bomba D'Água, Trifásica, potência de 7,5 CV, 3 estágios, entrada de 2 pol e saída de 1 pol, a ser instalada em local indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura de Meio Ambiente.	Und	01

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente aquisição justifica-se em razão da necessidade de se regularizar e normalizar a distribuição de água no distrito de Taquaras, pelo fato de que a bomba que estava em funcionamento na estação de distribuição de água, encontra-se danificada/quebrada sem utilidade, situação esta ocasionada pelo desgaste natural do produto que estava alocado naquele local há anos.

Complementando, na estação de distribuição, existem 02 (duas) bombas que auxiliam a distribuição de água, porém, apenas uma está disponível, mesmo assim, em situação comprometida e insuficiente para realização dos serviços. A outra bomba encontra-se então indisponível, como salientado anteriormente. Embora apenas uma esteja em funcionamento, a sua capacidade de bombear é menor do exigido, motivo que compromete a distribuição ideal e eficaz da água naquela localidade.

Apenas com uma bomba funcionando, ainda que em estado insuficiente, a distribuição de água no Distrito de Taquaras é quase sempre comprometido, deixando a residências dos moradores sem o devido abastecimento.

Diante de tais condições, necessário se faz a aquisição EMERGENCIAL de uma bomba d'água, com capacidade suficiente, que normalize e regularize a distribuição de água no Distrito de Taquaras.

Importante constar, que a aquisição deste objeto é para prestar serviços de melhoria e auxílio a distribuição de água no distrito apontado anteriormente.

Mais diante, após explanar a justificativa para a contratação, importante ressaltar o atendimento dos pressupostos para a devida aquisição, diante da flagrante emergência apresentada.

Referida aquisição está baseada no Artigo 24, IV da Lei 8.666/93 que permite a aquisição através da dispensa de licitação, consubstanciado nos casos de emergência, onde é caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas.

Portanto, no caso em específico, existe o caráter emergencial que, a sua não aquisição, pode ocasionar prejuízos e ou comprometer a segurança das pessoas.

3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

As propostas serão julgadas de acordo com o disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações, prevalecendo, para efeito de classificação, o critério de MENOR PREÇO POR ITEM OU LOTE, ficando a critério do Responsável pelo Departamento de Licitação definir.

No preço proposto deverão estar incluídas todas as despesas concernentes ao fornecimento dos objetos, como



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

impostos, taxas, fretes, contribuições, despesas com mão de obra, instalação, montagem e outras que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto deste termo.

O valor máximo admitido para esta contratação estará estimado no mapa de apuração na pesquisa de preço de mercado;

O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar a planilha com os preços já ajustados ao valor global ofertado no certame, no prazo máximo de 48 horas, não prorrogável;

A proposta de preço apresentada deve ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

4. DO PRAZO DE ENTREGA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO:

O fornecimento dos objetos registrados neste processo será entregue após a homologação do processo e a emissão da Ordem de Fornecimento específico;

A solicitação será IMEDIATA, através de servidor previamente autorizado, o qual solicitará o produto junto à CONTRATADA;

O local de entrega e instalação será indicado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. HORÁRIO PARA ENTREGA DAS 08H00MINH AS 11H00MINH e 14H00MINH AS 17H00MINH DE SEGUNDA FEIRA A SEXTA FEIRA.

A contratada deverá, obrigatoriamente, consultar a SEMAG, através do telefone (27) 3764-1431 ou e-mail agricultura@pedrocanario.es.gov.br; para fazer o agendamento da entrega.

O PRAZO PARA A ENTREGA DO MATERIAL SERÁ DE ATÉ 05 (CINCO) DIAS UTEIS, APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE FORNECIMENTO EMITIDA PELO GESTO DO CONTRATO, SENDO QUE A ENTREGA SERÁ EFETUADAS EM CONFORMIDADE COM AS SOLICITAÇÕES ESTIPULADAS PELA CONTRATANTE.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer os produtos dos tipos, tamanhos e quantidades satisfatórias ao cumprimento do contrato. A Fiscalização poderá ordenar a remoção e exigir a substituição do produto não satisfatório.

Ocorrendo rejeição dos produtos por não se enquadrar na especificação estipulada ou apresentar defeitos de fabricação ou danos em geral, identificado no ato da entrega ou no período de verificação, o Contratado deverá refazê-los no prazo máximo de 02 (dois) dias, a contar da data em que for comunicado da cita rejeição, sem ônus para o Contratante, sob pena de o não fazendo, ensejar nas sanções cominadas em Lei.

O objeto adquirido deverá que estar dentro das normas de legislação vigente de qualidade/técnica; relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 - Código de Defesa do Consumidor.

Caso seja verificada a necessidade de entrega urgente, o fiscal do contrato poderá acordar o prazo de entrega diretamente com a Contratada;

O recebimento provisório do serviço realizado ou o material entregue dar-se-á pela conferência com a descrição constante da ordem de serviço ou de fornecimento, e o recebimento definitivo, depois do atesto do demandante;

O recebimento definitivo não isenta a CONTRATADA de responsabilidades futuras quanto à qualidade dos mesmos.

Caso o fornecedor/prestador de serviço não cumpra com as condições postas neste termo de referência, especialmente no que se refere a entrega dos bens ou a prestação dos serviços no prazo definido acima, o gestor da



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

contratação ou o responsável pelo recebimento dos bens ou serviços providenciará o cancelamento da ordem de fornecimento/serviço, comunicação ao fornecedor e cancelamento da nota de empenho junto a Coordenação de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

5. RECEBIMENTO:

O recebimento ocorrerá em duas etapas:

RECEBIMENTO PROVISÓRIO: o objeto será recebido provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta, ficando, nesta ocasião, suspensa a fluência do prazo de entrega inicialmente fixado.

RECEBIMENTO DEFINITIVO: no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, a fiscalização do contrato avaliará as características do material que, estando em conformidade com as especificações exigidas, será recebido definitivamente.

A CONTRATADA garantirá a qualidade de cada unidade do material fornecido, obrigando-se a substituir, no prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da notificação, aqueles que apresentem vícios que os tornem impróprios ou inadequados para o consumo a que se destinam.

Em caso de irregularidades apuradas no momento da entrega, o material poderá ser recusado de pronto, mediante termo correspondente, ficando dispensado o recebimento provisório, e fazendo-se disso imediata comunicação escrita ao fornecedor. 6.5.

Se após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o pactuado ou foi entregue em quantitativo inferior ao solicitado, à fiscalização notificará por escrito a contratada para substituir, às suas expensas, o material recusado ou complementar o material faltante, no prazo que lhe restar daquele indicado anteriormente.

Se a contratada não substituir ou complementar o material entregue em desconformidade com as condições editalícia, o fiscal do contrato encaminhará a nota fiscal para pagamento, acompanhada de relatório circunstanciado, com vistas à glosa do valor do material recusado ou não entregue, informando, ainda, o valor a ser retido cautelarmente, para fazer face à eventual aplicação de multa.

Glosada a nota fiscal, deverá o fiscal de o contrato providenciar, junto à Secretaria de Finanças, a emissão de nota fiscal para acompanhamento do material a ser devolvido, notificando a Contratada para que proceda à retirada deste, às suas expensas, no prazo de 90 dias, contados do recebimento da notificação.

O material recusado que não for retirado pela Contratada no prazo estabelecido será enviado para entidades filantrópicas sem fins lucrativos, reconhecidas como de utilidade pública federal, ou para Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

A contratada fará constar da nota fiscal os valores unitários e respectivos valores totais em conformidade com o constante da correspondente nota de empenho, atentando-se para as inexatidões que poderão decorrer de eventuais arredondamentos.

6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO PRESTADO:

A Contratada, no ato de entrega dos bens, deverá apresentar o Termo de Garantia Contratual.

A Contratada deverá oferecer garantia, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, para o item a ser adquiridos, a



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

partir do recebimento definitivo.

A Contratada deverá apresentar, a cada procedimento de assistência técnica, relatório contendo a data de abertura do chamado, a identificação do vício constatado e as providências tomadas ou a serem adotadas, informando o prazo necessário para concluir a assistência, que não poderá ser superior a 30 dias, a contar da data de abertura do chamado.

Não sendo o vício sanado no prazo, a fiscalização do contrato notificará a contratada para que substitua o produto por outro novo da mesma espécie, marca e modelo, em perfeitas condições de uso, em no máximo 30 (trinta) dias, contados da notificação, sob pena de ser-lhe aplicadas as sanções previstas no edital e no contrato.

7. DA AMOSTRA:

A amostra se necessário a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, por meio de seus Representantes poderá solicitada avaliação.

A avaliação de amostras não deve ser realizada na etapa de habilitação, podendo se dar na fase de classificação. Nessa oportunidade, examina-se de maneira documental a proposta classificada em primeiro lugar, na forma do art. 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/2002 e art. 11, inciso XII, do Decreto nº 3.555/2000, e, caso aceita, solicita-se ao licitante que envie amostras do objeto a serem submetidas ao procedimento de avaliação.

Em caso de aprovação, o processo licitatório segue para a fase de habilitação (art. 4º, inciso XII, Lei nº 10.520/2002) e, se também atendidas às condições habilitatórias, o licitante é declarado vencedor (art. 4º, inciso XV) e o objeto é adjudicado (inciso XXI do mesmo artigo).

. Ressalte-se que a avaliação de amostras deve se dar somente após a etapa de lances, preservando o potencial ganho de economia viabilizado pelos lances no Pregão.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:

Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE;

Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;

Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório da licitação;

Manter pessoal especializado para a execução dos serviços;

Manter pessoal, em serviço nas instalações da CONTRATADA, devidamente identificado com crachás e com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;

Disponibilizar para a CONTRATADA um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamadas;

Corrigir, a suas expensas, os serviços ou produtos que forem entregues com vícios defeitos ou incorreções, efetuando as devidas substituições num prazo de até 08 (oito) horas úteis;

Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, físicas, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contratado,



EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

Ser responsável por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

9. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO:

A fiscalização contratual será realizada pela Servidora Margarida Ventura Santana, lotada nesta Secretaria, no qual foi designada para fiscalizar contrato, através de Portaria interna a ser expedida após a assinatura do contrato;

Apesar de a CONTRATADA ser a única responsável pela prestação dos serviços, o CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação dos serviços, por intermédio do servidor designado para a fiscalização.

10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

Responsabilizarem-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o Contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem anuência do CONTRATANTE;

Designar um preposto, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato, informando nome completo, CPF, e-mail e telefone de contato e do substituto em suas ausências;

Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório da licitação;

Manter pessoal especializado para a execução dos serviços;

Manter pessoal, em serviço nas instalações da CONTRATADA, devidamente identificado com crachás e com especial atenção à segurança, higiene e apresentação pessoal;

Disponibilizar para a CONTRATADA um atendimento personalizado e imediato, com fornecimento de números de telefone, e-mail ou outra forma de comunicação para abertura de chamadas;

Corrigir, a suas expensas, os serviços ou produtos que forem entregues com vícios defeitos ou incorreções, efetuando as devidas substituições num prazo de até 02 (dois) dias úteis;

Observar as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, físicas, seguros e quaisquer outros não mencionados, bem como pagamento de todo e qualquer tributo que seja devido em decorrência direta do contratado, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade;

Ser responsável por todo e qualquer dano que venha a causar durante a execução dos serviços, assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições.

11. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:

Emitir ordem de fornecimento com todas as informações necessárias para a perfeita prestação do serviço, por intermédio do representante designado pela administração;

Exercer a fiscalização do contrato, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, por servidores especialmente designados;

Efetuar os pagamentos com pontualidade nas condições e preços pactuados, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais e legais, podendo rejeitar no todo ou em parte os serviços executados e materiais



EDITAL

Fls.: _____

Ass.

fornecidos em desacordo;

Notificar a CONTRATADA, por escrito, na ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no curso de execução dos serviços ou fornecimento dos produtos, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

Solicitar ao preposto sempre que necessário, a adoção de medidas efetivas de correção ou adequação do fornecimento e serviços prestados pela CONTRATADA;

Prestar a CONTRATADA as informações e esclarecimento necessários à realização do objeto contratual;

Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços, dentro das normas contratuais e legais, permitindo acesso de seu pessoal técnico, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;

Controlar todos os pedidos de serviço e produtos, para posterior conferência com a nota fiscal emitida pela CONTRATADA.

12. DAS PENALIDADES:

A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para a prestação dos serviços, sujeitando-se as penalidades constantes no art. 7º da Lei 10.520/02 e nos artigos. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a saber:

Advertência, nos casos de pequenos descumprimentos do Termo de Referência, que não gerem prejuízo para o Município;

Multa de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia, incidente sobre o valor global da contratação, nos casos de descumprimento do prazo estipulado par início na execução do contrato, que será calculada pela formula $M = 0,0033 \times C \times D$. Tendo como correspondente M: = Valor da multa, C= valor da obrigação e D= número de dias em atraso;

Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor unitário de cada fornecimento ou prestação de serviços realizados fora do prazo estabelecido no Termo de Referência;

Multa de 10 % (dez por cento), incidente sobre o valor global da contratação, pela recusa em prestar os serviços previstos neste Termo de Referência ou os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Pedro Canário-ES por um período de até 02 (dois) anos, no caso de recusa quanto à prestação dos serviços e fornecimentos, assim como os descumprimentos contratuais que levem à rescisão do contrato;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos casos de prática de atos ilícitos, incluindo os atos que visam frustrar os objetivos da licitação ou contratação, tais como conluio, fraude, adulteração de documentos ou emissão de declaração falsa;

Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93;

As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração depois da devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;

A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei 8.666/93;

A aplicação da sanção declarada de inidoneidade compete exclusivamente ao Presidente da CPL, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser



Fls.: _____

Ass. _____

requerida depois de 02 (dois) anos de sua aplicação.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO:

Os pagamentos serão efetuados mediante o fornecimento a Secretaria de Municipal de Margarida Ventura Santana, de NOTA FISCAL ELETRONICA para o fornecimento de produtos ou NOTA FISCAL para a prestação de serviços, juntamente com o relatório gerencial das despesas emitido pela CONTRATADA, bem como os documentos:

- a) Requerimento de Pagamento;
- b) Certidão Negativa de Débito da Previdência Social;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Estadual;
- f) Certidão Negativa de Débitos das Fazendas Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Estes documentos depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de 30 (trinta) dias úteis após a respectiva apresentação;

Depois do 31º (trigésimo primeiro) dia útil do processamento será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM=VF \times 0,33 \times ND \quad 100$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso,

ND = Número de dias em atraso;

Serão retidas na fonte, quando dos pagamentos, as alíquotas dos tributos conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF N° 480, DE 15/1/2004 DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL e outras aplicáveis à espécie.

No caso da Contratada ser optante pelo SIMPLES não estará sujeita a retenção, mas, deverá apresentar o termo de opção devidamente autenticado, quando da apresentação da NOTA FISCAL ELETRONICA/ NOTA FISCAL, sob pena de ser realizada a retenção dos tributos a que se refere à citada INSTRUÇÃO NORMATIVA.

Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (ais) será solicitada à empresa CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente seja contado a partir da data da regularização;

Ocorrendo erros na apresentação do (s) documento (s) fiscal (ais) será solicitada à empresa CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

A NOTA FISCAL ELETRONICA/NOTA FISCAL deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de CREDENCIAMENTO e acolhidos nos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO;

14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. Os recursos destinados à execução deste objeto correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

14.1.1. Orçamento Vigente do Município de Pedro Canário, para o Exercício 2017.

Órgão: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

Projeto/Atividade: Manutenção das Atividades da Secretaria;

Fonte de recurso: 16040000 - Royalties do Petróleo;

Ficha: 0000453, na ficha não existe mais recurso, sendo necessária suplementação pela ficha: 0000448;

Código: 44905200000 - Equipamento e material permanente.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

15.1. Esclarecimentos e informações poderão ser obtidos na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente com a Senhora Margarida Ventura Santana, no endereço:

Avenida Vila Velha, nº 430 - Centro - Pedro Canário- ES, CEP 29.970-000, e-mail agricultura@pedrocanario.es.gov.br, por telefone (27) 3764-0246;

16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERENCIA:

Margarida Ventura Santana
Consultora Técnica

TERMO DE REFERÊNCIA: CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

PROCESSO N° _____

1. OBJETO

1.1. AQUISIÇÃO DE **MATERIAL PERMANENTE (MOBÍLIA)**, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA **BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES**, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ABAIXO:

2. ITEM	UNID	DISCRIMINAÇÃO	QTD
01	UNID.	GELADEIRA REFRIGERADOR 334 LITROS 2 PORTAS BRANCO 110 V - TIPO DE DEGELO CYCLE DEFROST. CONTROLE DE TEMPERATURA. PRATELEIRAS REMOVÍVEIS. RECIPIENTE DE GUARDAR GELO. PORTA OVOS. PÉS NIVELADORES. CAPACIDADE GELADEIRA 258 LITROS. CAPACIDADE FREEZER 76 LITROS. CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO 334 LITROS. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. DIMENSÕES: ALTURA: 166,9 CM; LARGURA: 60,3 CM; PROFUNDIDADE: 63,4 CM; PESO: 58 KG. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 12 MESES.	01



EDITAL

02	UNID.	FOGÃO C/ 4 BOCAS ACENDIMENTO AUTOMÁTICO BRANCO - ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL. MESA EM AÇO INOX SOBREPOSTA. QUEIMADORES ESTAMPADOS. ESPALHA CHAMA ESMALTADO. MANIPULADORES REMOVÍVEIS. GRADE FIXA NO FORNO COM 2 REGULAGENS DE ALTURA. VISOR TOTAL NA PORTA DO FORNO. PÉS ALTOS. TREMPE DUPLA. TAMPA DE VIDRO SEM PUXADOR. VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO. TENSÃO: BIVOLT. TIPO DE GÁS: GLP. CLASSIFICAÇÃO INMETRO (MESA): A. CLASSIFICAÇÃO INMETRO (FORNO): A. DIMENSÕES DO PRODUTO: ALTURA: 85.3 CM; LARGURA: 48.9 CM PROFUNDIDADE: 57.3 CM; PESO: 17.7 KG. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 12 MESES.	01
----	-------	--	----

2.1. OS BENS OBJETO DA AQUISIÇÃO ESTÃO DENTRO DA PADRONIZAÇÃO SEGUIDA PELO ÓRGÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E REQUISITOS DE DESEMPENHO CONSTANTES DO CATÁLOGO UNIFICADO DE MATERIAIS - CATMAT DO SIASG.

2.1.1. EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO CATMAT E DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM ESTAS ÚLTIMAS.

2.2. OS BENS DEVERÃO TER PRAZO DE GARANTIA MÍNIMO DE **12 MESES**, PREVALECENDO O PRAZO DE GARANTIA FIXADO PELO FABRICANTE OU FORNECEDOR, CASO MAIOR.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A AQUISIÇÃO DOS BENS ACIMA ELENCADOS ATENDERÁ ÀS NECESSIDADES DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL PRESIDENTE TANCREDO NEVES TAIS COMO: ATENDIMENTO AO PÚBLICO LEITOR COM A CESSÃO DE OBRAS LITERÁRIAS, INTERNET GRATUITA (PROJETO LANHOUSE CIDADÃ), EVENTOS LITERÁRIOS, REUNIÕES TÉCNICAS, PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E ENCONTROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, BEM COMO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA (LEI MUNICIPAL 1.161/2014).

2.2. O MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO CONTA COM A EXISTÊNCIA DE 30 MOVIMENTOS CULTURAIS ATUANTES E 1.789 ARTISTAS DA TERRA (6,8% DA POPULAÇÃO), MAS QUASE NADA É FEITO PARA VALORIZAR ESSA RIQUEZA CULTURAL. CRIAR PROJETOS E AÇÕES QUE VISEM A PROMOÇÃO DE NOSSOS ARTISTAS, A VALORIZAÇÃO DA CULTURA E O DESENVOLVIMENTO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO SÃO A BASE ESSENCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SÓLIDO E MAIS HUMANO PARA TODOS.

2.3. LOCALIZADO AO EXTREMO NORTE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, A 268 KM DA CAPITAL VITÓRIA, PRÓXIMO À "TRÍPLICE FRONTEIRA" ENTRE OS ESTADOS DE MINAS GERAIS (OESTE) E O ESTADO DA BAHIA (NORTE), O MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO POSSUI POPULAÇÃO ESTIMADA EM 26.336 HABITANTES (IBGE/2016) E TEM COMO RECEITA A AGRICULTURA, A PECUÁRIA, E AS RECEITAS ORIUNDAS DAS GRANDES EMPRESAS QUE EXPLORAM SUAS ATIVIDADES NA REGIÃO, TAIS COMO SUZANO PAPEL E CELULOSE, A FIBRIA, ALCON E VERACEL. INVESTIR EM PRÁTICAS CULTURAIS É GARANTIR MEIOS PARA AVANÇAR NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO, QUE ENFRENTA DIVERSOS DESAFIOS E DILEMAS SOCIAIS TAIS COMO DESEMPREGO, VIOLÊNCIA, ANALFABETISMO E ESCASSEZ DE INFRAESTRUTURA.

2.4. O MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO OSTENTA UM DOS PIORES ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, REGISTRANDO MÉDIA AVALIADA EM 0,635 (PNUD 2000/ONU). ESSE ÍNDICE COLOCA TRISTEMENTE O MUNICÍPIO NO RANKING DAS CIDADES MAIS CARENTES DO BRASIL. ACREDITAR EM CULTURA E MOBILIZAR A SOCIEDADE EM TORNO DE PROJETOS SOCIAIS SÃO FERRAMENTAS PODEROSAS PARA MUDAR A REALIDADE EXISTENTE E SONHAR COM DIAS MELHORES.



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

2.5. O MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO COMPLETARÁ 34 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA EM 23/12/2017 E NECESSITA URGENTE DE AÇÕES ENGAJADAS NA PROMOÇÃO DE SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

2.6. APESAR DE ESTATÍSTICAS TENEBROSAS, O MUNICÍPIO CONQUISTOU AVANÇOS SIGNIFICATIVOS EM DIVERSOS INDICADORES SOCIAIS - NATALIDADE, POPULAÇÃO, EDUCAÇÃO E OUTROS (PNUD 2000 - IBGE - UNICEF), MAS ESTE CONTEÚDO QUASE NÃO INTERESSA A IMPRENSA CAPIXABA E ACABA CAINDO NO ESQUECIMENTO, O QUE GERA MAIS PESSIMISMO SOCIAL. INVESTIR EM CULTURA ATRELADA AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL FORTALECERIA ESSES VÍNCULOS SOCIAIS E CONTRIBUIRIA PARA AVANÇOS AINDA MAIORES EM DIVERSOS OUTROS INDICADORES SOCIAIS (IDH, IDEB, ETC.).

2.7. NOTÍCIAS PESSIMISTAS SOBRE A INSTABILIDADE POLÍTICA REINANTE E A INSISTENTE CRIMINALIDADE REVOLTAM E ASSUSTAM A POPULAÇÃO, QUE VIVE À MERCÊ DE TURBULÊNCIAS SOCIAIS, INQUIETUDES MENTAIS E À BEIRA DE COLAPSO SOCIAL. NEUTRALIZAR ESSAS INFLUÊNCIAS NEGATIVAS COM A REALIZAÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS QUE PROMOVAM O TALENTO HUMANO E APRESENTE À SOCIEDADE O QUE HÁ DE MELHOR NO MUNICÍPIO, É A GARANTIA DE QUE PODEMOS JUNTOS CONSTRUIR UM FUTURO MELHOR. EM CONTRAPARTIDA AO PESSIMISMO, INVESTIR EM AÇÕES E NOTÍCIAS QUE ESTIMULEM O POVO A SONHAR COM DIAS MELHORES, A ACREDITAR NO FUTURO, A SORRIR COM AS ESPERANÇAS E A BUSCAR A PROSPERIDADE SOCIAL.

2.8. DESENVOLVER AS POTENCIALIDADES TURÍSTICAS LOCAIS COMO CARTÕES POSTAIS CANARIENSES E PATRIMÔNIO HISTÓRICO CAPIXABA. DIFUNDIR A CULTURA CANARIENSE COMO PRODUTO SOCIAL A SER ABSORVIDO PELA COMUNIDADE E FUTURAS GERAÇÕES ATRAVÉS DA DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO-CULTURAL EM ESCOLAS, EMPRESAS, ENTIDADES E OUTROS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. OS BENS A SEREM ADQUIRIDOS ENQUADRAM-SE NA CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS, NOS TERMOS DA LEI N° 10.520, DE 2002, DO DECRETO N° 3.555, DE 2000, E DO DECRETO 5.450, DE 2005.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

4.1. O OBJETO DO PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA SERÁ RECEBIDO EM REMESSA ÚNICA PELO SETOR DE ALMOXARIFADO OU PATRIMÔNIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO COM PRAZO NÃO SUPERIOR A 15 DIAS ÚTEIS APÓS RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO.

4.2. NO CASO DE PRODUTOS PERECÍVEIS, O PRAZO DE VALIDADE NA DATA DA ENTREGA NÃO PODERÁ SER INFERIOR A DOIS TERÇOS DO PRAZO TOTAL RECOMENDADO PELO FABRICANTE.

4.3. OS BENS DEVERÃO SER ENTREGUES NA SEDE DO ÓRGÃO, NO ENDEREÇO: RUA SÃO SEBASTIÃO, S/N, BOA VISTA (ANTIGA POLÍCIA CIVIL), PEDRO CANÁRIO/ES, CEP 29979-000, TELEFONE: (27) 3764-0066, E-MAIL: CULTURA.PEDROCANARIO@GMAIL.COM <<mailto:cultura.pedrocanario@gmail.com>>, NO HORÁRIO DAS 09:00 ÀS 12:00 HORAS E DE 14:00 ÀS 18:00 HORAS. SENDO O FRETE, CARGA E DESCARGA POR CONTA DO FORNECEDOR ATÉ O LOCAL INDICADO.

4.4. O NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ITEM 4.1 DO PRESENTE TERMO ACARRETERÁ A ANULAÇÃO DO EMPENHO BEM COMO A APLICAÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NO EDITAL E A CONVOCAÇÃO DO FORNECEDOR SUBSEQUENTE CONSIDERANDO A ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DO CERTAME.

4.5. AS NOTAS DE EMPENHO PODERÃO SER SUBSTITUÍDAS POR UMA ORDEM DE COMPRA OFICIAL QUE SERÃO ENVIADAS ATRAVÉS DE CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL), E A DATA DESTE ENVIO



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

SERÁ A REFERÊNCIA PARA O PRAZO ESTIPULADO NO ITEM 4.1 DO PRESENTE TERMO. PARA TANTO AS EMPRESAS PARTICIPANTES DO CERTAME DEVERÃO MANTER AS INFORMAÇÕES DE SEU CADASTRO ATUALIZADAS JUNTO À INSTITUIÇÃO. SE APÓS 20 DIAS DA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME A NOTA DE EMPENHO OU O EXTRATO DE COMPRAS NÃO FOR RECEBIDO, O FORNECEDOR DEVERÁ ENTRAR EM CONTATO ATRAVÉS DO E-MAIL **CULTURA.PEDROCANARIO@GMAIL.COM** <<mailto:cultura.pedrocanario@gmail.com>>, SOLICITANDO O REFERIDO DOCUMENTO. A ALEGAÇÃO DO NÃO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO NÃO SERÁ ACEITA COMO JUSTIFICATIVA PARA A RECUSA DA ENTREGA DO MATERIAL. O ENDEREÇO DE E-MAIL INFORMADO ACIMA DEVERÁ SER UTILIZADO SOMENTE PARA A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS RELATIVOS AO ENVIO DOS EMPENHOS. O FORNECEDOR PODERÁ TAMBÉM UTILIZAR COMO FERRAMENTA DE CONSULTA O SITE **HTTP://WWW.PEDROCANARIO.ES.GOV.BR** <<http://www.pedrocanario.es.gov.br>>, EXTRAINDO OS EMPENHOS EMITIDOS RELATIVOS AO PRESENTE CERTAME.

- 4.6. A ADMINISTRAÇÃO REJEITARÁ, NO TODO OU EM PARTE, O FORNECIMENTO EXECUTADO EM DESACORDO COM OS TERMOS DO EDITAL E SEUS ANEXOS.

5. VALOR ESTIMADO

- 5.1. O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA PRESENTE CONTRATAÇÃO ESTÁ CONTIDO NOS ORÇAMENTOS APURADOS EM PESQUISA DE PREÇOS NO MERCADO.
- 5.2. O CUSTO ESTIMADO FOI APURADO A PARTIR DE MAPA DE PREÇOS CONSTANTE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, ELABORADO COM BASE EM ORÇAMENTOS RECEBIDOS DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS, EM PESQUISAS DE MERCADO.
- 5.3. SERÁ CONSIDERADA VENCEDORA A PROPOSTA QUE, ATENDIDAS AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS, APRESENTAR O MENOR PREÇO (POR ITEM OU GLOBAL).
- 5.4. NA PROPOSTA DE PREÇO, DEVEM ESTAR INCLUÍDOS TODOS OS CUSTOS, TRIBUTOS DE QUALQUER NATUREZA E TODAS AS DESPESAS DIRETAS E INDIRETAS RELACIONADAS COM O(S) OBJETO(S) DA CONTRATAÇÃO.
- 5.5. O LICITANTE CLASSIFICADO EM PRIMEIRO LUGAR DEVERÁ APRESENTAR A PLANILHA COM OS PREÇOS JÁ AJUSTADOS AO VALOR GLOBAL OFERTADO NO CERTAME, NO PRAZO MÁXIMO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, NÃO PRORROGÁVEL.
- 5.6. A PROPOSTA DE PREÇO APRESENTADA DEVE TER VALIDADE NÃO INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS.

6. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 6.1. OS RECURSOS DESTINADOS À EXECUÇÃO DESTE OBJETO À CONTA DA ATIVIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PEDRO CANÁRIO PARA O EXERCÍCIO DO CORRENTE ANO DE 2017.

ORGÃO: 100000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 060100 - GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 13 - CULTURA

SUB FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0006 - CULTURA, DESPORTO E LAZER

PROJETO/ ATIVIDADE: 060000060100.1312200062.009 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

FONTE DE RECURSO: 1000000 - RECURSOS ORDINÁRIOS; 1000000 - RECURSOS ROYALTIES DO PETRÓLEO

ELEMENTO DE DESPESA: 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

FICHA: 00078



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. OS BENS SERÃO RECEBIDOS:

a. PROVISORIAMENTE, A PARTIR DA ENTREGA, PARA EFEITO DE VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA.

b. DEFINITIVAMENTE, APÓS A VERIFICAÇÃO DA CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA, E SUA CONSEQUENTE ACEITAÇÃO, QUE SE DARÁ ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

7.2. NA HIPÓTESE DE A VERIFICAÇÃO A QUE SE REFERE O SUBITEM ANTERIOR NÃO SER PROCEDIDA DENTRO DO PRAZO FIXADO, REPUTAR-SE-Á COMO REALIZADA, CONSUMANDO-SE O RECEBIMENTO DEFINITIVO NO DIA DO ESGOTAMENTO DO PRAZO.

7.3. A ADMINISTRAÇÃO REJEITARÁ, NO TODO OU EM PARTE, A ENTREGA DOS BENS EM DESACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

8.2. EFETUAR A ENTREGA DOS BENS EM PERFEITAS CONDIÇÕES, NO PRAZO E LOCAL INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO, EM ESTRITA OBSERVÂNCIA DAS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL E DA PROPOSTA, ACOMPANHADO DA RESPECTIVA NOTA FISCAL CONSTANDO DETALHADAMENTE AS INDICAÇÕES DA MARCA, FABRICANTE, MODELO, TIPO, PROCEDÊNCIA E PRAZO DE GARANTIA;

8.2.1. OS BENS DEVEM ESTAR ACOMPANHADOS, AINDA, QUANDO FOR O CASO, DO MANUAL DO USUÁRIO, COM UMA VERSÃO EM PORTUGUÊS, E DA RELAÇÃO DA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA;

8.2.2. RESPONSABILIZAR-SE PELOS VÍCIOS E DANOS DECORRENTES DO PRODUTO, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 12, 13, 18 E 26, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (LEI Nº 8.078, DE 1990);

8.2.2.1. O DEVER PREVISTO NO SUBITEM ANTERIOR IMPLICA NA OBRIGAÇÃO DE, A CRITÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO, SUBSTITUIR, REPARAR, CORRIGIR, REMOVER, OU RECONSTRUIR, ÀS SUAS EXPENSAS, NO PRAZO MÁXIMO DE **10 (DEZ) CORRIDOS**, O PRODUTO COM AVARIAS OU DEFEITOS;

8.2.3. ATENDER PRONTAMENTE A QUAISQUER EXIGÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO, INERENTES AO OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO;

8.2.4. COMUNICAR À ADMINISTRAÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS QUE ANTECEDE A DATA DA ENTREGA, OS MOTIVOS QUE IMPOSSIBILITEM O CUMPRIMENTO DO PRAZO PREVISTO, COM A DEVIDA COMPROVAÇÃO;

8.2.5. MANTER, DURANTE TODA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, EM COMPATIBILIDADE COM AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, TODAS AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO;

8.2.6. NÃO TRANSFERIR A TERCEIROS, POR QUALQUER FORMA, NEM MESMO PARCIALMENTE, AS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS, NEM SUBCONTRATAR QUALQUER DAS PRESTAÇÕES A QUE ESTÁ OBRIGADA, EXCETO NAS CONDIÇÕES AUTORIZADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA OU NA MINUTA DE CONTRATO;

8.2.7. NÃO PERMITIR A UTILIZAÇÃO DE QUALQUER TRABALHO DO MENOR DE DEZESSEIS ANOS, EXCETO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ PARA OS MAIORES DE QUATORZE ANOS; NEM PERMITIR A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE;



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

- 8.2.8. RESPONSABILIZAR-SE PELAS DESPESAS DOS TRIBUTOS, ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS, FISCAIS, COMERCIAIS, TAXAS, FRETES, SEGUROS, DESLOCAMENTO DE PESSOAL, PRESTAÇÃO DE GARANTIA E QUAISQUER OUTRAS QUE INCIDAM OU VENHAM A INCIDIR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1. A CONTRATANTE OBRIGA-SE A:
- 9.2. RECEBER PROVISORIAMENTE O MATERIAL, DISPONIBILIZANDO LOCAL, DATA E HORÁRIO;
- 9.2.1. VERIFICAR MINUCIOSAMENTE, NO PRAZO FIXADO, A CONFORMIDADE DOS BENS RECEBIDOS PROVISORIAMENTE COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E DA PROPOSTA, PARA FINS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVOS;
- 9.2.2. ACOMPANHAR E FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA, ATRAVÉS DE SERVIDOR ESPECIALMENTE DESIGNADO;
- 9.2.3. EFETUAR O PAGAMENTO NO PRAZO PREVISTO.

10. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 10.1. CONSOANTE O ARTIGO 45 DA LEI Nº 9.784, DE 1999, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODERÁ, SEM A PRÉVIA MANIFESTAÇÃO DO INTERESSADO, MOTIVADAMENTE, ADOPTAR PROVIDÊNCIAS ACAUTELADORAS, INCLUSIVE RETENDO O PAGAMENTO, EM CASO DE RISCO IMINENTE, COMO FORMA DE PREVENIR A OCORRÊNCIA DE DANO DE DIFÍCIL OU IMPOSSÍVEL REPARAÇÃO.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 11.1. A FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO SERÁ EXERCIDA POR UM REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO, AO QUAL COMPETIRÁ DIRIMIR AS DÚVIDAS QUE SURTIREM NO CURSO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO, E DE TUDO DARÁ CIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO.
- 11.2. A FISCALIZAÇÃO DE QUE TRATA ESTE ITEM NÃO EXCLUI NEM REDUZ A RESPONSABILIDADE DA FORNECEDORA, INCLUSIVE PERANTE TERCEIROS, POR QUALQUER IRREGULARIDADE, AINDA QUE RESULTANTE DE IMPERFEIÇÕES TÉCNICAS, VÍCIOS REDIBITÓRIOS, OU EMPREGO DE MATERIAL INADEQUADO OU DE QUALIDADE INFERIOR, E, NA OCORRÊNCIA DESTA, NÃO IMPLICA EM CO-RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO OU DE SEUS AGENTES E PREPOSTOS, DE CONFORMIDADE COM O ART. 70 DA LEI Nº 8.666, DE 1993.
- 11.3. O FISCAL DO CONTRATO ANOTARÁ EM REGISTRO PRÓPRIO TODAS AS OCORRÊNCIAS RELACIONADAS COM A EXECUÇÃO DO CONTRATO, INDICANDO DIA, MÊS E ANO, BEM COMO O NOME DOS FUNCIONÁRIOS EVENTUALMENTE ENVOLVIDOS, DETERMINANDO O QUE FOR NECESSÁRIO À REGULARIZAÇÃO DAS FALTAS OU DEFEITOS OBSERVADOS E ENCAMINHANDO OS APONTAMENTOS À AUTORIDADE COMPETENTE PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. A CONTRATADA DEVERÁ OBSERVAR AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, SUJEITANDO-SE ÀS PENALIDADES CONSTANTES NO ARTIGO 7º DA LEI 10.520/02 E NOS



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

ARTIGOS 86 E 87 DA LEI 8.666/93 E AS COMINAÇÕES LEGAIS PREVISTAS NESTE EDITAL, O LICITANTE QUE:

- 12.1.1. SE RECUSAR A ASSINAR O TERMO DO CONTRATO OU RECEBER A NOTA DE EMPENHO;
 - 12.1.2. INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA NOTA DE EMPENHO OU CONTRATO;
 - 12.1.3. DEIXAR DE ENTREGAR DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL;
 - 12.1.4. APRESENTAR DOCUMENTAÇÃO FALSA;
 - 12.1.5. ENSEJAR O RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DO SEU OBJETO;
 - 12.1.6. NÃO MANTIVER A PROPOSTA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE;
 - 12.1.7. FALHAR OU FRAUDAR NA EXECUÇÃO DO CONTRATO;
 - 12.1.8. COMPORTAR-SE DE MODO INIDÔNICO;
 - 12.1.9. FIZER DECLARAÇÃO FALSA OU COMETER FRAUDE FISCAL.
- 12.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO/ES, ENQUANTO DURAREM OS FATOS DE IMPEDIMENTO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS, NOS CASOS CITADOS NO ITEM 11.1, CONFORME DETALHADO NOS ITENS 11.1.1 AO 11.1.9.
- 12.3. A PENA DE ADVERTÊNCIA PODERÁ SER APLICADA NOS CASO PREVISTOS NO ITEM 11.1, SEMPRE QUE A ADMINISTRAÇÃO ENTENDER QUE A(S) JUSTIFICATIVA(S) DE DEFESA ATENUA A RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA E DESDE QUE NÃO TENHA HAVIDO PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO.
- 12.4. PELO ATRASO INJUSTIFICADO, INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO/ES PODERÁ, GARANTIDA A DEFESA PRÉVIA, APLICAR À CONTRATADA AS MULTAS FIXADAS A SEGUIR, SEM PREJUÍZO DE OUTRAS SANÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL, NO CONTRATO, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS À ESPÉCIE:
- 12.4.1. MULTA MORATÓRIA DE 0,1% (UM DÉCIMO POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO, POR DIA DE ATRASO DO INÍCIO DE SUA EXECUÇÃO, ATÉ O LIMITE MÁXIMO DE 2% (DOIS POR CENTO). ACIMA DO LIMITE AQUI ESTABELECIDO, CARACTERIZARÁ INEXECUÇÃO TOTAL DA OBRIGAÇÃO ASSUMIDA;
 - 12.4.2. MULTA COMPENSATÓRIA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO, NO CASO DE SUA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, OU AINDA, PELA RECUSA INJUSTIFICADA EM ASSINAR O CONTRATO;
 - 12.4.3. MULTA DE 10% (DEZ POR CENTO) DO VALOR DO CONTRATO, NO CASO DE DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER OUTRA OBRIGAÇÃO PACTUADA;
- 12.5. AS SANÇÕES PREVISTAS NOS ITENS 11.1 E 11.2 PODERÃO SER APLICADAS À CONTRATADA JUNTAMENTE COM A DE MULTA.
- 12.6. COMPROVADO IMPEDIMENTO OU RECONHECIDA FORÇA MAIOR, DEVIDAMENTE JUSTIFICADO E ACEITO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO/ES, A CONTRATADA FICARÁ ISENTA DAS PENALIDADES MENCIONADAS NOS ITENS 11.2 E 11.3.
- 12.7. AS PENALIDADES SERÃO OBRIGATORIAMENTE REGISTRADAS, E NO CASO DE SUSPENSÃO DE LICITAR, O LICITANTE DEVERÁ SER DESCREDENCIADO POR IGUAL PERÍODO, SEM PREJUÍZO DAS MULTAS PREVISTAS NESTE EDITAL E DAS DEMAIS COMINAÇÕES LEGAIS.
- 12.8. O PERCENTUAL DE MULTA PREVISTO NO ITEM 11.4 INCIDIRÁ SOBRE O VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO OU DO ITEM DO CONTRATO (NESSE ÚLTIMO CASO, QUANDO A LICITAÇÃO TENHA SIDO JULGADA E ADJUDICADA POR ITEM), TENDO COMO FATOR DE ATUALIZAÇÃO O PERCENTUAL DA TAXA SELIC - SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA - QUE INCIDIRÁ A PARTIR DA DATA EM QUE OCORRER O FATO, ATÉ O DIA DO EFETIVO PAGAMENTO DA MULTA.
- 12.9. SE A MULTA APLICADA FOR SUPERIOR AO VALOR DA GARANTIA PRESTADA, ALÉM DA PERDA DESTA, RESPONDERÁ A CONTRATADA PELA SUA DIFERENÇA, QUE SERÁ DESCONTADA/COMPENSADA DOS PAGAMENTOS EVENTUALMENTE DEVIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO. EFETUADOS ESSES



Fls.: _____

Ass. _____

EDITAL

DESCONTOS/COMPENSAÇÕES, CASO AINDA HAJA SALDO DEVEDOR, OU INEXISTENTES A GARANTIA E/OU PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONTRATANTE, O VALOR DA MULTA APLICADA DEVERÁ SER RECOLHIDO JUNTO À AGÊNCIA DO BANCO BANESTES S/A, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS CONTADOS DA NOTIFICAÇÃO, POR MEIO DE GUIA DE RECOLHIMENTO.

- 12.10. NA HIPÓTESE DE NÃO PAGAMENTO OU RECOLHIMENTO REFERIDO NO SUBITEM IMEDIATAMENTE ACIMA, OS VALORES SERÃO OBJETO DE INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E SUA CONSEQUENTE COBRANÇA PELOS MEIOS LEGAIS.
- 12.11. INDEPENDENTE DA SANÇÃO APLICADA, A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO PODERÁ ENSEJAR, AINDA, A RESCISÃO CONTRATUAL, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI Nº. 8.666/93, BEM COMO A INCIDÊNCIA DAS CONSEQUÊNCIAS LEGAIS CABÍVEIS, INCLUSIVE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS EVENTUALMENTE CAUSADOS À CONTRATANTE.
- 12.12. A APLICAÇÃO DE QUALQUER DAS PENALIDADES PREVISTAS REALIZAR-SE-Á EM PROCESSO ADMINISTRATIVO QUE ASSEGURARÁ O CONTRADITÓRIO E A AMPLA DEFESA, OBSERVANDO-SE O PROCEDIMENTO PREVISTO NA LEI Nº 8.666, DE 1993, E SUBSIDIARIAMENTE NA LEI Nº 9.784, DE 1999.
- 12.13. A AUTORIDADE COMPETENTE, NA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES, LEVARÁ EM CONSIDERAÇÃO A GRAVIDADE DA CONDUTA DO INFRATOR, O CARÁTER EDUCATIVO DA PENA, BEM COMO O DANO CAUSADO À ADMINISTRAÇÃO, OBSERVADO O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.

PEDRO CANÁRIO (ES), 9 DE NOVEMBRO DE 2017

GILDENÉ PEREIRA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA, COMUNICAÇÃO E TURISMO
(DECRETO MUNICIPAL 086/2017 - PMPC)

CARGO/CARIMBO

APROVO, EM _____ DE _____ DE _____.

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA
E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.
(INCISO II, ART. 9º, DECRETO Nº 5.450/05)**



EDITAL

Fls.: _____

Ass. _____

ANEXO I

RELAÇÃO DOS OBJETOS/SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

Lote 00001							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00002912	BOMBA D'ÁGUA BOMBA D'ÁGUA, TRIFÁSICA, POTÊNCIA DE 7,5 CV, 3 ESTÁGIOS, ENTRADA DE 2 POL E SAÍDA DE 1 POL, A SER INSTALADA EM LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MEIO AMBIENTE.		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00002							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00002	00010096	GELADEIRA REFRIGERADOR 334 LITROS GELADEIRA REFRIGERADOR 334 LITROS 2 PORTAS BRANCO 110 V - TIPO DE DEGELÓ CYCLE DEFROST. CONTROLE DE TEMPERATURA. PRATELEIRAS REMOVÍVEIS. RECIPIENTE DE GUARDAR GELO. PORTA OVOS. PÉS NIVELADORES. CAPACIDADE GELADEIRA 258 LITROS. CAPACIDADE FREEZER 76 LITROS. CAPACIDADE TOTAL DE ARMAZENAMENTO 334 LITROS. CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A. DIMENSÕES: ALTURA: 166,9 CM; LARGURA: 60,3 CM; PROFUNDIDADE: 63,4 CM; PESO: 58 KG. GARANTIA DO FORNECEDOR DE 12 MESES.		UN	1		
Valor Total do Lote							
Lote 00003							
Ítem	Código	Especificação	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00003	00008867	FOGÃO FOGÃO C/ 4 BOCAS ACENDIMENTO AUTOMÁTICO BRANCO - Acendimento automático total. Mesa em aço inox sobreposta. Queimadores estampados. Espalha chama esmaltado. Manipuladores removíveis. Grade fixa no forno com 2 regulagens de altura. Visor total na porta do forno. Pés altos. Trempe dupla. Tampa de vidro sem puxador. Válvula de segurança no forno. Tensão: Bivolt. Tipo de Gás: GLP. Classificação INMETRO (mesa): A. Classificação INMETRO (forno): A. Dimensões do Produto: Altura: 85.3 cm; Largura: 48.9 cm Profundidade: 57.3 cm; Peso: 17.7 kg. Garantia do Fornecedor de 12 Meses.		UN	1		
Valor Total do Lote							
Valor Total Geral							



Prefeitura Municipal de Pedro Canário
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO II

MODELO

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Pedro Canário - ES, sob o nº ____/2018, na modalidade PREGÃO, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, representando em todos os atos do certame, bem como oferecer novos lances verbais, transigir, renunciar a recursos, require, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)

OBS. O credenciamento deverá ser devidamente assinado com reconhecimento de firma.



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO III

MODELO

CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____, sediada

(endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, principalmente a disposta no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o presente procedimento licitatório, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei 10.520/02.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

EDITAL

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Para fins de participação na licitação realizada na modalidade Pregão Presencial nº /2018, a(o) (*nome da Empresa*), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob nº , sediada (o) (*Endereço completo*), declara, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos estabelecidos

no artigo 3º da Lei Complementar nº123/2006 e, que essa Empresa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei.

Declara ainda a intenção de usufruir, caso necessite, do prazo de regularização fiscal previsto nos artigos 43, §1º da Lei Complementar nº 123/06, estando ciente de que a não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.

_____, em __ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)

Observação importante:

- 1) Este Documento deverá ser assinado, com reconhecimento de firma, pelo representante legal da empresa e pelo Contador responsável pela contabilidade da empresa informando o número de Registro no Conselho Profissional.
- 2) Este Documento deverá ser OBRIGATORIAMENTE identificar o número do pregão, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE.



EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass. _____

ANEXO V

MODELO
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	LOTE	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UNID	QUANT	UNIT	TOTAL
1	1						
2	2						
3	3						
...	...						
...	...						

Os valores unitários e total da proposta deverão ser preenchidos preferencialmente em algarismo e por extenso, para cada item cotado.

Valor Total da proposta por extenso: _____

Prazo de validade da proposta: _____

DECLARO que nos preços ora propostos e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances, estão incluídos todos os custos que se fizerem indispensáveis à perfeita entrega dos materiais objeto desta proposta.

- **INCLUIR DEMAIS DECLARAÇÕES E EXIGENCIAS DO EDITAL E TERMO DE REFERÊNCIA**

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefones: _____

FAX: _____

E-mail: _____

Banco: _____ Agência: _____ Conta: _____

Nome do representante legal para assinatura do contrato: _____

CPF: _____ Ident. _____

Domicílio e cargo na empresa _____

Profissão: _____

Local/Data: _____

Assinatura do Representante Legal



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO VI

MODELO

(INDICAR O NÚMERO DO PREGÃO EM EPÍGRAFE OU IDENTIFICAR A CADA TÓPICO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DA PROPOSTA COMERCIAL

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE) (doravante denominado (Licitante), para fins do disposto no item 5.2 do Edital do Pregão Presencial acima mencionado, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante), e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Presencial acima mencionado antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da Comissão de Pregão ou Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pedro Canário/ES antes da abertura oficial das propostas; e
- f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em __ de _____ de _____

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

Observação importante:

Este Documento deverá ser OBRIGATORIAMENTE identificar o número do pregão, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO VII

MODELO

DECLARAÇÃO SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA HABILITAÇÃO NA PRESENTE LICITAÇÃO

_____(nome da empresa), CNPJ N° _____, sediada na
_____(endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos
impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)



Prefeitura Municipal de Pedro Canario
ESPIRITO SANTO

EDITAL

PMPC
Proc. N°

Fls.: _____

Ass.

ANEXO VIII

MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENORES EM SEU QUADRO DE PESSOAL, CONFORME DETERMINA O INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI N.º 9.854/99, REGULAMENTADA PELO DECRETO N.º 4.358/02

_____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

_____, em ___ de _____ de _____

(nome, cargo e qualificação do outorgante)